



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 139, DE _____ DE _____ DE 2022.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 23 / 08 / 22 “Reconhece de Utilidade Pública a Associação Fraternidade Servos de Maria”.



1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada a Utilidade Pública a Associação Fraternidade Servo de Maria, CNPJ Nº 39.649.092/0001-70, com sede e foro na Rua Alegria, 321, Cerâmica Cil, na Cidade de Teresina-PI.

Art. 2º Fica assegurada a entidade de que trata o artigo anterior, todos os direitos e vantagens estabelecidos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 22 de agosto de 2022.


Dep. Themístocles Filho
MBD



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.649.092/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 13/10/2020
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SERVOS DE MARIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FRATERNIDADE SERVOS DE MARIA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R ALEGRIA	NÚMERO 321	COMPLEMENTO *****
CEP 64.041-250	BAIRRO/DISTRITO CERAMICA CIL	MUNICÍPIO TERESINA
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARCOS.REGIS.MOURA@GMAIL.COM		TELEFONE (86) 9956-6323
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/10/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/11/2020** às **13:42:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA

CAPÍTULO I Da Denominação e Sede

Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA, localizada à rua Alegria, nº 321, Bairro Cerâmica Cil, na cidade de Teresina Piauí, CEP 64.041-250, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter assistencial, sócio educacional e de ação comunitária, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto, por deliberações emanadas pela Assembleia Geral e pela legislação que lhe for aplicável.

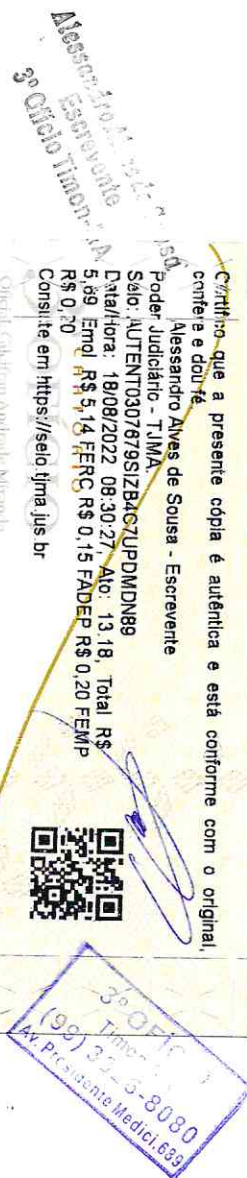
Art. 2º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA tem personalidade jurídica distinta de seus associados e sua duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II Das Finalidades

Artigo 3º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA tem por finalidades:

I – Instituir e gerir de forma autônoma ou através de convênios/parcerias, com instituições públicas, privadas ou não-governamentais, a frente de atuação, CRIADORES DE ESPERANÇA, a qual se consubstancia como um programa de prestação de assistência social, educacional (formal e/ou Informal), cultural e esportiva, destinada ao público infanto-juvenil de baixa renda, podendo para tanto:

- a) Criar e desenvolver de forma autônoma, um programa anual de execução de atividades sócio-educativas, culturais e esportivas, voltadas ao público infanto-juvenil, com vistas ao combate ao uso de drogas, violência, a sexualização precoce, gravidez na adolescência, dentre outros.
- b) Criar em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, creches e/ou escolas para oferecimento de ensino formal gratuito nos termos da Lei 9394/2006 (Lei de Diretrizes e bases da Educação), e conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis.
- c) Desenvolver programas de formação profissional ou semiprofissional a adolescentes de baixa renda, através de convênios com instituições como SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAI e congêneres, empresas públicas e privadas, dentre outros, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis.
- d) Distribuir bolsas de estudo, de pesquisas e prêmios, promover espetáculos, eventos, cursos, simpósios, exposições, concursos e quaisquer outras atividades vinculadas aos seus objetivos.
- e) Criar e desenvolver em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, campanhas educativas voltadas à criança e ao adolescente, para a prevenção ao uso de drogas, violência e exploração infanto-juvenil.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

II – Instituir e gerir a frente de atuação, MÃOS DE ESPERANÇA, voltado a prestação de assistência social, de forma geral e irrestrita à população de baixa renda, bem como a atuação comunitária, com o oferecimento de serviços essenciais a defesa do primado da Dignidade Humana, dos direitos da criança e adolescente, do idoso, postulado pela instituição, podendo para tanto:

- a) Criar e desenvolver, programas mensais, semestrais ou anuais de execução de atividades assistenciais e de atuação comunitária voltadas ao auxílio a população de baixa renda.
- b) Desenvolver programas de assistência social, de formação profissional ou semiprofissional a população carente em geral, através de convênios com instituições como SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAI e congêneres, empresas públicas e privadas, dentre outras, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições aplicáveis, com vistas a oportuniza-los a melhoria em sua condição econômica
- c) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, instituição de abrigo PERMANENTE OU TEMPORÁRIO de menores abandonados/orfãos, ou retirados do lar por destituição de seus pais/responsáveis do poder familiar, bem como desenvolver ações de fortalecimento ou ampliação dos serviços de acolhimento sob forma de guarda de criança e adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI da Constituição Federal e do Art. 260, § 2º da lei 8.069/90, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis.
- d) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, entidade de acolhimento e abrigo para o dependente químico, nos termos da legislação aplicada a espécie.
- e) Criar e gerir instituição para atendimento e assessoramento jurídico a família/responsáveis legais de crianças e adolescentes carentes, incursos em MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS, aplicadas judicialmente.
- f) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, instituição de acolhimento/abrigo temporário ou permanente para idosos, deficientes físicos, pessoas sem moradia e sem família, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis.
- g) Criar e desenvolver em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, campanhas educativas/preventivas voltadas a preservação dos direitos do idoso, da pessoa com deficiência, e outros grupos sociais, bem como criar e executar um programa de atividades, temporárias ou permanentes, na forma de cursos, oficinas, simpósios etc., com vistas a promover a inclusão e a valorização dos agrupamentos sociais recém indicados.

PARÁGRAFO ÚNICO: A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA organizar-se-á em tantas unidades de trabalho ou órgãos que se fizerem necessários à consecução de suas finalidades, as quais serão disciplinadas por regimentos internos específicos.



Messagem de Pagamento de Custas

confirma e dou fé
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA
Selo: AUTENT0307677KH7BURUKUB5J51
Data/Hora: 18/08/2022 08:30:23 At: 13.18 Total R\$
5.89 Empl R\$ 5.14 FERC R\$ 0.15 FADEP R\$ 0.20 FEMP
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>



Boname *HO* *Baur* *TH*

Art. 4º. A **ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA**, com vistas a atingir seus objetivos, e conforme previsto nas alíneas dos incisos I e II do art. 3º deste estatuto, poderá firmar convênios e/ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas ou privadas

PARAGRAFO ÚNICO: No desenvolvimento de suas atividades, a **ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA** obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência.

CAPÍTULO III

Das Fontes de Recursos para a Manutenção e do Patrimônio

Art. 5º. Constituem-se fontes de recursos de manutenção da instituição:

- I – Doações de pessoas físicas e/ou jurídicas;
- II - mensalidades e/ou anuidades dos associados;
- IV - usufruto que lhe forem conferidos;
- V - rendas em seu favor constituído por terceiros;
- VI - rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
- VII - renda patrimonial;
- VIII - eventos organizados pela associação;
- IX - verbas de instituições financiadoras de obras sociais e afins;
- X - entidades públicas ou privadas.

§ 1º. A entidade manterá a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º. A Associação não remunera e não concede vantagens e/ou benefícios, sob qualquer forma ou a qualquer título, aos seus conselheiros, associados, voluntários, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

§ 3º. A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

§ 4º. A Associação aplica integralmente suas rendas, seus recursos e o eventual resultado operacional em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 6º. O patrimônio da Associação é composto por todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

§ 1º. Os bens imóveis de propriedade da Associação não poderão ser alienados ou gravados, salvo proposta aprovada pela Assembleia Geral.

§ 2º. Os bens móveis inservíveis poderão ser alienados, permutados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral.



Assessoria Jurídica
3º Ofício Juiz de Fato

Conteúdo que a presente copia e autentica e esta conforme com o original.
conferir e dou fé.
Alexandre Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA.
Selo: AUTENT0307877OAS0W3440876P24
Data/Hora: 18/08/2022 08:30:17 Ano: 13 18 Total R\$
5,89 Emol: R\$ 5,14 FERR: R\$ 0,15 FADDP: R\$ 0,20 FEMP:
R\$ 0,20
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Surname 
 First 
 Last 

Art. 15. No caso de ausência e impedimentos do Presidente administrativo, compete ao Secretário dirigir os trabalhos, na ausência ou impedimento deste compete à Assembleia designar substituto para dirigir os trabalhos.

Subseção I Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 16. A cada cinco anos, na [na primeira ou segunda] quinzena do mês de janeiro, será realizada a Assembleia Geral Ordinária e a ela competirá:

- I - proceder à eleição do presidente da nova diretoria;
- II - proceder à eleição dos membros do conselho fiscal;
- III - dar posse aos membros da nova diretoria e ao conselho fiscal.



Subseção II

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 17. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessária regularmente convocada pelo presidente administrativo em exercício ou pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados e instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, com o aval do Diretor Presidente, para tratar de assuntos de sua competência de caráter de urgência, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 18. Compete à Assembleia Geral Extraordinária

- I - deliberar sobre alterações no presente Estatuto;
- II - discutir e aprovar os resultados do exercício e as contas aprovadas pelo Conselho Fiscal;
- III - apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- IV - aprovar a inclusão e exclusão de associados;
- V - conceder o título de associado benemérito;
- VI - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII - discutir e deliberar sobre os demais assuntos de interesse da associação para os quais for convocada;
- VIII - decidir sobre a extinção da Associação;
- IX - aprovar o regimento interno;
- X - alterar o estatuto;
- XI - deliberar sobre a destituição do Presidente, ou qualquer outro membro da diretoria.

Parágrafo único. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

3º Ofício Timon-Ita
Escritório
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA
Selo: AUTENT030787BTHUYEULGFF51R92
Data/Hora: 19/08/2022 08:30:08 Ato: 13.18 Total R\$ 5.69 Emol: R\$ 5.14 FERC: R\$ 0.15 FADEP: R\$ 0.20 FEMP: R\$ 0.20
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>

3º OFÍCIO
Timon-Ita
(96) 3326-8080
Av. Presidente Médici, 630

QR Code

Seção II Da Diretoria

Art. 19. A diretoria é o órgão administrativo da ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA e será constituída na seguinte ordem:

- I – Diretor Presidente;
- II – Diretor Vice Presidente
- III - Tesoureiro;
- IV – Secretário.



§ 1º. A diretoria será eleita pela assembleia geral ordinária, por escrutínio secreto, podendo ser reeleito, bem como os membros do conselho fiscal e terão mandato de cinco (5) anos.

Art. 20. A diretoria reunir-se-á semestralmente, em dia previamente designado, sem prejuízo de reuniões extraordinárias, que poderão ser convocadas pelo presidente, quando julgar necessário.

§ 1º. Para que a Associação atinja seus fins o Diretor Presidente, por sua livre escolha poderá criar quantos departamentos julgar necessários.

§ 2º. A critério do Diretor Presidente poderão ser contratados profissionais especializados para o atendimento dos assistidos pela Associação.

Art. 21. As decisões da diretoria serão tomadas discricionariamente pelo Diretor Presidente, salvo aquelas que digam respeito a cessão de patrimônio ou direitos da associação, no que deverá ser submetido a assembleia geral para aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 22. Nas decisões em que se verificar empate, o presidente terá voto de qualidade.

Art. 23. Sem prejuízo das responsabilidades que caibam aos outros membros da diretoria, no exercício das respectivas funções, o presidente será responsável perante o conselho fiscal, pela administração e orientação geral da Associação.

Art. 24. Compete ao Diretor Presidente:

- I – Indicar e nomear os demais membros da diretoria e de suas coordenações e departamentos, conforme parágrafo 1º do art. 20.
- II - cassar o mandato dos membros da diretoria, ou decidir sobre a admissão ou exclusão de associados, mediante processo Administrativo com decisão fundamentada;
- III - convocar e presidir as assembleias gerais e as reuniões da diretoria;
- IV - administrar a Associação, representá-la ativa e passivamente em juízo e extrajudicialmente;
- V - assinar a correspondência dirigida ao público e as autoridades superiores;
- VI - rubricar todos os livros e documentos oficiais;

Certifico, que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original, conforme e dou fé.

Alexsandro Alves de Sousa - Escrevente

Poder Judiciário - TJ/PA

S/O: AUTENT030767M1XAP1CBUSZIR11

Data/Hora: 18/08/2022 08:30:03. At: 13.18. Total R\$ 5,88. Emol: R\$ 5,14. FERC: R\$ 0,15. FADep: R\$ 0,20. FEMP: R\$ 0,20.

Consulte em <https://seio.tjpa.jus.br>

3º O. CIO

Av. Presidente Médici, 1689

326-8080

(99)

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

VII - Solicitar a abertura e cancelamento de contas bancaria, bem como movimentá-las, assinando assim como o tesoureiro, cheques e quaisquer documentos que envolvam responsabilidades financeiras;

VIII - assinar com o secretário toda a correspondência, diploma, etc;

IX - autorizar as despesas previstas no orçamento;

X - autorizar a divulgação dos atos administrativos;

XI - solucionar os casos omissos, de caráter urgente, providenciando a sua inclusão na legislação interna;

XI - elaborar, conjuntamente com o tesoureiro, o balancete mensal da receita e despesas, para apreciação e aprovado do conselho fiscal;

XII - elaborar, conjuntamente com o tesoureiro, o balanço anual para ser encaminhado à assembleia geral, referente período de Janeiro a Dezembro;

XIII - fiscalizar a fiel observância da legislação interna e as leis das entidades superiores.



Art. 25. Compete ao Diretor vice presidente

I - colaborar com a Presidência;

II - substituir o presidente quando este estiver impedido, por prazo inferior a 30 (trinta dias), sem qualquer outras formalidades.

III - fiscalizar a fiel observância da legislação interna e as leis das entidades superiores.

Art. 26. Compete ao tesoureiro:

I - executar os serviços da tesouraria e escrituração dos livros de contabilidade sob a orientação e autorização do presidente;

II - arrecadar as taxas de mensalidade dos associados, receber verbas e outras rendas destinadas à manutenção da Associação;

III - Movimentar contas bancárias, assinar com presidente os cheques para retirada de numerários, bem como quaisquer documentos que acarretem responsabilidades financeiras;

IV - apresentar mensalmente à diretoria o balancete demonstrativo da receita e despesa;

V - apresentar anualmente o balanço para ser encaminhado ao conselho fiscal, para análise e aprovação;

VI - substituir o presidente em suas faltas e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas funções;

VII - substituir o vice presidente quando este estiver impedido, por prazo inferior a 30 (trinta dias), sem qualquer outras formalidades.

Art. 27. Compete ao secretário;

I - dirigir os trabalhos da secretaria, preparando o expediente a ser encaminhado à diretoria, à presidência, ao conselho fiscal e à assembleia geral;

II - assinar juntamente com o presidente as correspondências;

III - assinar com o presidente os títulos honoríficos e diplomas concedidos pela Associação;

Certifico que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original, contida e dou fé.
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA
S/lo: AUTENT030787PM1PZ7C6QW4G1V20
Data/ hora: 19/08/2022 08:30:31 No: 13.18 Total R\$ 5,69 Impr: R\$ 5,14 FERC: R\$ 0,15 FADEP: R\$ 0,20 FEMP: R\$ 0,70
Consulte em <https://seio.tjma.jus.br>



[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

IV - secretariar as assembleias gerais e reuniões da diretoria, lavrando as respectivas atas;

V - manter em ordem o arquivo da Associação sugerindo ao presidente todas as medidas julgadas úteis ao bom andamento do serviço de secretaria;

VI - substituir o tesoureiro em seus impedimentos normais, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas funções;

VII - substituir o tesoureiro quando este estiver impedido, por prazo inferior a 30 (trinta dias), sem qualquer outra formalidade;

Seção III Do conselho fiscal

Art. 28. O conselho fiscal será composto por 3 (três) membros eleitos por 5 (cinco) anos, pela mesma assembleia geral que eleger a diretoria.

Art. 29. Aos membros do conselho fiscal compete:

I - examinar a escrituração da Associação, verificando a exatidão dos lançamentos contábeis;

II - dar parecer sobre a aplicação de numerários da Associação quando submetida a seu exame;

III - dar parecer sobre qualquer matéria financeira submetida ao seu exame;

IV - dar parecer sobre os balancetes mensais, bimestrais ou semestrais e sobre o balanço anual.

CAPÍTULO V Do Quadro Social

Art. 30. O quadro social é constituído por número ilimitado de pessoas, maiores de 18 anos, sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, credo religioso ou político, distribuído nas seguintes categorias de associados:

- I - fundadores;
- II - contribuintes;
- III - colaboradores.

§ 1º. Serão considerados fundadores todos aqueles que participaram da reunião de fundação da entidade.

§ 2º. Para ser admitido na categoria de contribuinte, deve o candidato satisfazer as seguintes condições:

- I - ser proposto por um associado em pleno gozo de seus direitos sociais;
- II - preencher ficha de cadastro com os seguintes dados: seu nome, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço comercial e residencial;
- III - efetuar o pagamento das taxas fixadas pela diretoria, sob pena de ser considerada automaticamente sem efeito a admissão;



Certifico que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original conferido e dou fé.
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
P/dei Judiciário - TJMA.
Selo: AUTENT030767REJPEK363QTD157
Data/hora: 18/08/2022 08:30:35, Aut: 13.18, Total R\$ 5,69, Emol: R\$ 5,14 FERC: R\$ 0,15 FADEP: R\$ 0,20 FEMP: R\$ 0,00
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>
Gisele Cristiane Andrade Miranda



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

§ 3º. Será admitido na categoria de colaborador o associado que a qualquer título prestar serviços relevantes a instituição, após previa autorização da Assembleia Geral

§4º. Ninguém será compelido a associar-se ou permanecer associado.

Seção I Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 31. São direitos dos associados:

- I - votar e ser votado ou nomeado para cargo diretivo;
- II - recorrer ao presidente administrativo ou ao conselho solicitando esclarecimentos que julgar necessário;
- III - solicitar ao Presidente convocação de assembleia geral extraordinária, nos termos deste estatuto, ficando a cargo daquele seu deferimento;
- IV - solicitar licença do quadro social por período inferior a 6 (seis) meses, por motivo julgado justo pela diretoria, ficando isento, durante este período do pagamento das mensalidades e anuidades;

Art. 32. São deveres dos associados:

- I - contribuir de maneira decisiva para o bom funcionamento da Associação no cumprimento de seus objetivos;
- II - evitar dentro da associação qualquer manifestação de caráter político e racial;
- III - respeitar e cumprir fielmente as disposições deste estatuto, bem como dos regimentos internos e demais deliberações sociais;
- IV - comunicar por escrito à diretoria, modificação de endereço, etc;
- V - pagar pontualmente as mensalidades e /ou anuidade;
- VI - apresentar por escrito à diretoria sugestões visando melhoria de atendimento ao público assistido.

Seção II Das Penalidades

Art. 33. Os associados de qualquer categoria que infringirem as disposições deste estatuto, bem como os regulamentos internos vigentes, serão passíveis de penalidades:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - eliminação.

Art. 34. A pena de advertência será aplicada ao associado que deixar de cumprir as normas estatutárias e regulamentos.

Parágrafo único. Em caso de reincidência o associado será passível de suspensão a critério da diretoria.

Art. 35. A pena de suspensão será aplicada pela diretoria, quando:



Certifico, que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original, conforme e dou fé.
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA
Selo: AUTENT0307670WVKOK9LYZ2Z3J186
Data/Hora: 18/08/2022 08:29:42. Ato: 13.18 Total R\$ 5,69 Emol. R\$ 5,14 FERC R\$ 0,15 FADep R\$ 0,20 FEMP R\$ 0,20
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>

Alexandre Alves de Sousa
3º Oficial Timon-MMA



3º OFÍCIO
Timon-MMA
(99) 3326-0080
Av. Presidente Médici, 661

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

I - o associado incorrer em falta grave ou quando já houver sido advertido conforme parágrafo único do artigo anterior.

II - For condenado em sentença passada em julgamento, por ato desabonador e que o torne inidôneo ao convívio social.

Parágrafo único. A suspensão se dará durante o cumprimento da pena, porém receberá assistência da Associação.

Art. 36. A pena de eliminação será aplicada ao associado que:

I - deixar de pagar suas contribuições regularmente por 3 (tres) meses consecutivos, desde que convidado a saldar tal débito;

II - reincidir em infração anteriormente punida com suspensão e a falta for considerada grave.

III - Atentar contra os princípios institucionais da Associação, maculando a honra e dignidade social da mesma.

IV - Agir de forma desrespeitosa, injuriosa, caluniosa contra qualquer dos demais associados ou dirigentes da Associação.

V - Deixar de comparecer quando devidamente convocado, sem anterior justificativa, a convocações da direção, ou posteriormente no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 37. Das penalidades aplicadas pela diretoria caberá recursos à Assembleia Geral Extraordinária, salvo o previsto nos incisos III a V do artigo anterior.

Parágrafo único. O prazo para interposição de recursos é de 10 (dez) dias a contar da data em que o associado tiver tomado conhecimento do ato, mediante comunicação expedida pela secretaria da Associação.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 38. São direitos da ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA

I - receber contribuições mensais ou anuais de cada associado conforme determinação da assembléia geral;

II - receber verbas federais, estaduais, municipais, de industriais, comércio e de pessoas físicas e jurídicas;

Art. 39. São deveres da Associação:

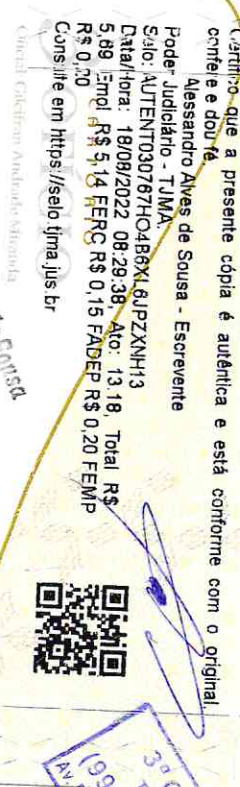
I - cumprir as finalidades institucionais em que se assenta sua existência e atuação

II - zelar pelo bom desempenho de suas atividades.

III - cumprir fielmente as finalidades estatutárias;

Art. 40. Nenhuma licença será concedida a qualquer diretor da Associação por prazo superior a 60 dias, salvo com anuência do Diretor Presidente.

Art. 41. O mandato de todos os poderes da Associação SERVOS DE MARIA é de 5 (cinco) anos, sendo permitido reeleições quantas vezes a Assembleia Geral julgar conveniente.



[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

Art. 42. Os cargos diretivos são exercidos sem remuneração alguma sendo falta grave qualquer vantagem pecuniária obtida no desempenho do mandato.

Art. 43. Para o exercício de qualquer cargo de nomeação ou eleição o candidato precisa necessariamente ser associado.

Art. 44. Qualquer alteração deste estatuto somente será válida após aprovação em assembléia geral extraordinária especialmente convocada para este fim.

Art. 45. Os associados não serão subsidiariamente e nem solidariamente responsáveis pelos compromissos, expressa ou tacitamente assumidos pela Associação Associação.

Art. 46. A associação SERVOS DE MARIA somente poderá ser dissolvida por motivos de força maior:

§ 1º. Considerar-se-á força maior para o fim deste artigo, além dos casos previstos em lei, qualquer eventualidade que torne inexecutível a existência da Associação.

§ 2º. No caso de dissolução da Associação os bens pertencentes às mesmas serão entregues a uma entidade congênere comprovadamente registrada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ou Conselho Municipal de Assistência Social e em pleno funcionamento.

§ 3º. No caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos das Leis 13.019, de 31 de julho de 2014, e 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

Art. 47. Os casos omissos no presente estatuto, fora da alçada da diretoria administrativa serão resolvidos pela assembleia geral ou extraordinária quando convocadas para tal fim.

Art. 48. O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, devendo o mesmo ser registrado em cartório.

TERESINA-PI, 07 de ABRIL de 2019

Marcos Régis Gomes de Moura
DIRETOR PRESIDENTE
MARCOS RÉGIS GOMES DE MOURA
RG Nº 2.098.799 SSP/PI
CPF Nº 003.571.613-43

Jeferson Dean de Moraes Barros
DIRETOR VICE PRESIDENTE
JEFERSON DEAN DE MORAIS BARROS
RG Nº 1.558.820 SSP/PI
CPF Nº 616.352.433-00

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE MARCOS REGIS GOMES DE MOURA. EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ.
TERESINA, 08/10/2020 11:48:46
SELO ABJ83464 - UVSU CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextra

LARISS FREITAS SOARES DA COSTA - ESCRIVENTE
Emol. R\$ 4.02 TJ: R\$ 0.80 MP: R\$ 0.10 Selo: R\$ 0.25 Total: R\$ 5.18



Verifique que a presente copia e autentica e esta conforme com o original.
confere e dou fé
Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA
Selo: AUTENT030767BC68L5U61K4PQ35
Data/Hora: 18/08/2022 08:29:33 At: 13:18, Total R\$ 5.89 Emol. R\$ 5.14 FERC R\$ 0.15 FADEP R\$ 0.20 FEMP R\$ 0.20
Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>



3º OFÍCIO
TJMA-MA
(99) 33326-8080
Av. Presidente Médici, 663

2º OFÍCIO



SECRETARIO
MARCONDES VINICIUS GOMES DE MOURA
RG Nº 3.182.242
CPF Nº 048.835.683-00

TESOUREIRA
MARCIA REIJANE GOMES DE MOURA
RG Nº 2.098.804
CPF Nº 960.327.403-82

ADVOGADO
EZIO CUNHA DE SOUSA
OAB/PI 10.997
RG Nº 891.118 SSP/PI
CPF Nº 372.303.363-68

TERESINA-PI - CEP 64.048-302 | Fone: (085) 3304-2199 | email: caronchep@gmail.com
RECONHEÇO O SINAL PÚBLICO DE MARCIA DA COSTA E SILVA EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. TERESINA, 08/10/2020 11:50:07
SELO ABJ83475 - CMTQ CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra

LARISS FREITAS SOARES DA COSTA - ESCRIVENTE
Emol. R\$ 4.02 TJ: R\$ 0.80 MP: R\$ 0.10 Selo: R\$ 0.26 Total: R\$ 5.18

RECONHEÇO O SINAL PÚBLICO DE MARCIA DA COSTA E SILVA EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. TERESINA, 08/10/2020 11:50:08
SELO ABJ83475 - KKHP CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra

LARISS FREITAS SOARES DA COSTA - ESCRIVENTE
Emol. R\$ 4.02 TJ: R\$ 0.80 MP: R\$ 0.10 Selo: R\$ 0.26 Total: R\$ 5.18

3 OFÍCIO EXTRAJUDICIAL TIMON-MA

GILCIFRAN ANDRADE MIRANDA - Tabelião
CNPJ: 30.788.321/0001-10 - CNS: 03.076-7
Av. Presidente Médici, 689, Parque Piauí, CEP: 65631-390, TIMON-MA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE MARCIA REIJANE GOMES DE MOURA. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. TIMON-MA, 25/09/2020.

MARCIA DA COSTA E SILVA - ESCRIVENTE
Emol: 4.40 FERC: 0.10 FEMP: 0.18 FADEP: 0.18 Total: 4.86-OP: 106
Selo: RECFTIR0307670NFGC1BOLFNCFA66-Consulte em selo.tjma.jus

3 OFÍCIO EXTRAJUDICIAL TIMON-MA

GILCIFRAN ANDRADE MIRANDA - Tabelião
CNPJ: 30.788.321/0001-10 - CNS: 03.076-7
Av. Presidente Médici, 689, Parque Piauí, CEP: 65631-390, TIMON-MA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE MARCONDES VINICIUS GOMES DE MOURA. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. TIMON-MA, 25/09/2020.

MARCIA DA COSTA E SILVA - ESCRIVENTE
Emol: 4.40 FERC: 0.10 FEMP: 0.18 FADEP: 0.18 Total: 4.86-OP: 106
Selo: RECFTIR0307671BS4M3KLUCIPR406-Consulte em selo.tjma.jus

3 OFÍCIO EXTRAJUDICIAL TIMON-MA

GILCIFRAN ANDRADE MIRANDA - Tabelião
CNPJ: 30.788.321/0001-10 - CNS: 03.076-7
Av. Presidente Médici, 689, Parque Piauí, CEP: 65631-390, TIMON-MA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE JEFFERSON DEAN DE MORAIS BARROS. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. TIMON-MA, 25/09/2020.

MARCIA DA COSTA E SILVA - ESCRIVENTE
Emol: 4.40 FERC: 0.10 FEMP: 0.18 FADEP: 0.18 Total: 4.86-OP: 106
Selo: RECFTIR0307676ZKJ7BG2SDRE50-Consulte em selo.tjma.jus

3 OFÍCIO EXTRAJUDICIAL TIMON-MA

GILCIFRAN ANDRADE MIRANDA - Tabelião
CNPJ: 30.788.321/0001-10 - CNS: 03.076-7
Av. Presidente Médici, 689, Parque Piauí, CEP: 65631-390, TIMON-MA

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE EZIO CUNHA DE SOUSA. DOU FÉ. EM TEST. DA VERDADE. TIMON-MA, 25/09/2020.

MARCIA DA COSTA E SILVA - ESCRIVENTE
Emol: 4.40 FERC: 0.10 FEMP: 0.18 FADEP: 0.18 Total: 4.86-OP: 114
Selo: RECFTIR030767030HJ1B2LQ829V49-Consulte em selo.tjma.jus

CARTÓRIO 3º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE TIMON-MA

Av. Presidente Médici, nº 689 | Parque Piauí | CEP: 65631-390 | contato@3oficiotimon.com.br
Fone: (99) 3326-8080 | Whats: (99) 9989-5440 | (99) 9989-5440
Gilcifrán Andrade Miranda - Oficial

Certifico que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original, confere e dou fé.

Alessandro Alves de Sousa - Escrevente
Poder Judiciário - TJMA

Selo: AUTENT030767226PQE38VME95D19

Data/Hora: 18/08/2022 08:29:29, Ato: 13.18, Total R\$ 5.89 Emol R\$ 5.14 FERC R\$ 0.15 FADEP R\$ 0.20 FEMP

3º OFÍCIO
Timon-MA
(99) 3326-8080
Av. Presidente Médici, 689

Certifico que a presente cópia é autêntica e está conforme com o original, confere e dou fé.

Alessandro Alves de Sousa - Escrevente

Proder Judiciário - TJMA

Selo: AUTENT030787D7XSYACD90E7VF33

Data/Hora: 18/08/2022 08:30:40, Ato: 13.18, Total R\$ 5,69 Emol R\$ 5,14 FERC R\$ 0,15 FADEP R\$ 0,20 FEMP R\$ 0,20

Consulte em <https://selo.tjma.jus.br>

Ofício 22 de Notas e Registro de Imóveis



TERMO DE ABERTURA



Alessandro Alves de Sousa
Escrevente
3º Ofício Timon-MA

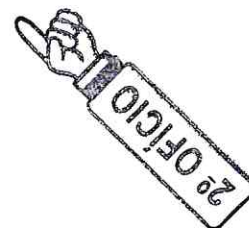


Este livro contém 100 (cem) folhas enumeradas que serão destinadas ao registro de atas de reuniões e assembleias do Conselho Fiscal da Associação Servos de Maria, situada à rua Alegria, nº 321, Bairro Cerâmica Cil, CEP 64.001-250, Teresina - Piauí.

Teresina, 02 de setembro de 2020

Marcos Regis Gomes de Moura

Presidente



2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis - 3ª Circunscrição - Teresina - Piauí
Teresina-PI - CEP 64.040-502 / fone: (066) 3304-2199 e-mail: cartoriothepi@gmail.com
Bel Marylane de Oliveira Sousa - Tabelante Interno - Posição nº 30002017 - P/PI/OC/INEX/051 Teresina-PI

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE MARCOS REGIS GOMES DE MOURA, EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ.
TERESINA, 08/10/2020 11:48:49
SELO ABJ83466 - 6W6M CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextra

LARISS FREITAS SOARES DA COSTA - ESCRIVENTE
Emol. R\$ 4,02 TJ: R\$ 0,80 MP: R\$ 0,10 Selo: R\$ 0,26 Total: R\$ 5,18



2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis - 3ª Circunscrição - Teresina - Piauí
Teresina-PI - CEP 64.040-502 / fone: (066) 3304-2199 e-mail: cartoriothepi@gmail.com
Bel Marylane de Oliveira Sousa - Tabelante Interno - Posição nº 30002017 - P/PI/OC/INEX/051 Teresina-PI

Titulos e Documentos registrado sob o nº 31677 no Livro Registro de Titulos e Documentos nº B102 em 13/10/2020, Protocolado sob o nº 36874 no Livro de Protocolo de Titulos e Documentos e Pessoas Juridicas nº A-06 em 30/09/2020. Selo: ABJ85784 - 1XOF, ABJ85785 - IVSL consulte em www.tjpi.jus.br/portalextra

Jackson Jardel de Sousa Melo

Jackson Jardel de Sousa Melo - Escrevente Autorizado
Emol. R\$ 81,42 FERM/JOPI: R\$ 18,35 Sel. R\$ 0,52 MP R\$ 2,11 Total: R\$ 100,40

Consulte selo digital

Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Jackson Jardel de Sousa Melo
Escrevente Substituto-RTD/RCP1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO SERVOS DE MARIA
CNPJ: 39.649.092/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:37:43 do dia 17/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/02/2023.

Código de controle da certidão: **FAEB.E59C.8C1F.8EE0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01129147

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

MARCONDES VINICIUS GOMES DE MOURA, ou vinculado ao **CPF: 048.835.683-00**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2022 , às 12:27.

Secretaria de Atividades Judiciárias



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01129130

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

MARCOS REGIS GOMES DE MOURA, ou vinculado ao **CPF: 003.571.613-43**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2022 , às 12:26.

Secretaria de Atividades Judiciárias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01129152

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

MARCIA REIJANE GOMES DE MOURA, ou vinculado ao **CPF: 960.327.403-82**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2022 , às 12:28.

Secretaria de Atividades Judiciárias



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01129137

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

JEFFERSON DEAN DE MORAIS BARROS, ou vinculado ao **CPF: 616.352.433-00**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2022 , às 12:27.

Secretaria de Atividades Judiciárias



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01129059

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

LUCIMAR PEREIRA DE SOUSA, ou vinculado ao **CPF: 304.782.783-49**,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2022 , às 12:16.

Secretaria de Atividades Judiciárias



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO SERVOS DE MARIA
CNPJ: 39.649.092/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:37:43 do dia 17/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/02/2023.

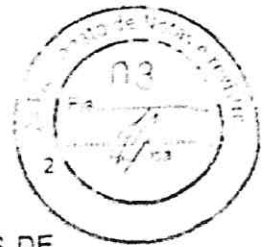
Código de controle da certidão: **FAEB.E59C.8C1F.8EE0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
SERVOS DE MARIA – APROVAÇÃO DO ESTATUTO - ELEIÇÃO E POSSE
DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL.**

Às 8 (oito) horas, do dia 8 (oito), do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, reuniram-se os signatários da presente Ata, em Teresina, Estado do Piauí, à rua Alegria, nº 321, Bairro Cerâmica Cil, CEP 64.041-250, para CONSTITUIÇÃO – APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE da ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA, localizada à rua Alegria, nº 321, Bairro Cerâmica Cil, na cidade de Teresina Piauí, CEP 64.041-250. Dando-se por aberta a Assembleia, os presentes elegeram para presidir os trabalhos o SR. MARCOS REGIS GOMES DE MOURA e para secretariar o SR. MARCONDES VINICIUS GOMES DE MOURA. Agradecendo a indicação, o Presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando para a ordem do dia. Iniciaram-se os debates sobre a proposta do Estatuto da ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA, o qual depois de analisado pelos signatários da presente Ata, foi devidamente aprovado sem ressalvas. Segue cópia: ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA. CAPÍTULO I - Da Denominação e Sede; Art. 1º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter assistencial, sócio educacional e de ação comunitária, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto, por deliberações emanadas pela Assembleia Geral e pela legislação que lhe for aplicável; Art. 2º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA tem personalidade jurídica distinta de seus associados e sua duração é por tempo indeterminado; CAPÍTULO II - Das Finalidades Artigo 3º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA tem por finalidades: I – Instituir e gerir de forma autônoma ou através de convênios/parcerias, com instituições públicas, privadas ou não-governamentais, a frente de atuação, CRIADORES DE ESPERANÇA, a qual se consubstancia como um programa de prestação de assistência social, educacional (formal e/ou Informal), cultural e esportiva, destinada ao público infanto-juvenil de baixa renda, podendo para tanto: a) Criar e desenvolver de forma autônoma, um programa anual de execução de atividades sócio-educativas, culturais e esportivas, voltadas ao público infanto-juvenil, com vistas ao combate ao uso de drogas, violência, a sexualização precoce, gravidez na adolescência, dentre outros; b) Criar em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, creches e/ou escolas para oferecimento de ensino formal gratuito nos termos da Lei 9394/2006 (Lei de Diretrizes e bases da Educação), e conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis; c) Desenvolver programas de formação profissional ou semiprofissional a adolescentes de baixa renda, através de convênios com instituições como SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAI e congêneres, empresas públicas e privadas, dentre outros, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições a aplicáveis; d) Distribuir bolsas de estudo, de pesquisas e prêmios, promover espetáculos, eventos, cursos, simpósios, exposições, concursos e quaisquer outras atividades vinculadas aos seus objetivos; e) Criar e desenvolver em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, campanhas educativas voltadas à criança e ao adolescente, para a prevenção ao uso de drogas, violência e



exploração infanto-juvenil; II – Instituir e gerir a frente de atuação, MÃOS DE ESPERANÇA, voltado a prestação de assistência social, de forma geral e irrestrita à população de baixa renda, bem como a atuação comunitária, com o oferecimento de serviços essenciais a defesa do primado da Dignidade Humana, dos direitos da criança e adolescente, do idoso, postulado pela instituição, podendo para tanto: a) Criar e desenvolver, programas mensais, semestrais ou anuais de execução de atividades assistenciais e de atuação comunitária voltadas ao auxílio a população de baixa renda. b) Desenvolver programas de assistência social, de formação profissional ou semiprofissional a população carente em geral, através de convênios com instituições como SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEBRAE e congêneres, empresas públicas e privadas, dentre outros, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições aplicáveis, com vistas a oportunizar-las a melhoria em sua condição econômica. c) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, instituição de abrigo PERMANENTE OU TEMPORÁRIO de menores abandonados/orfãos, ou retirados do lar por destituição de seus pais/responsáveis do poder familiar, bem como desenvolver ações de fortalecimento ou ampliação dos serviços de acolhimento sob forma de guarda de criança e adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI da Constituição Federal e do Art. 260, § 2º da Lei 8.069/90, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições aplicáveis. d) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, entidade de acolhimento e abrigo para o dependente quílmico, nos termos da legislação aplicada a espécie. e) Criar e gerir instituição para atendimento e assessoramento jurídico a família/responsáveis legais de crianças e adolescentes carentes, incurso em MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS, aplicadas judicialmente. f) Criar e gerir, em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, instituição de acolhimento/abrigo temporário ou permanente para idosos, deficientes físicos, pessoas sem moradia e sem família, conforme as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e demais disposições aplicáveis. g) Criar e desenvolver em parceria com o poder público, entidades privadas ou não governamentais, campanhas educativas/preventivas voltadas a preservação dos direitos do idoso, da pessoa com deficiência, e outros grupos sociais, bem como criar e executar um programa de atividades, temporárias ou permanentes, na forma de cursos, oficinas, simpósios etc., com vistas a promover a inclusão e a valorização dos agrupamentos sociais recém indicados.;

PARÁGRAFO ÚNICO: A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA organizar-se-á em tantas unidades de trabalho ou órgãos que se fizerem necessários à consecução de suas finalidades, as quais serão disciplinadas por regimentos internos específicos; Art. 4º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA, com vistas a atingir seus objetivos, e conforme previsto nas alíneas dos incisos I e II do art. 3º deste estatuto, poderá firmar convênios e/ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas ou privadas;

PARÁGRAFO ÚNICO: No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência;

CAPÍTULO III - Das Fontes de Recursos para a Manutenção e do Patrimônio; Art. 5º. Constituem-se fontes de recursos de manutenção da instituição: I – Doações de pessoas físicas e/ou jurídicas; II -



mensalidades e/ou anuidades dos associados; IV - usufruto que lhes forem conferidos; V - rendas em seu favor constituído por terceiros; VI - rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros; VII - renda patrimonial; VIII - eventos organizados pela associação; IX - verbas de instituições financiadoras de obras sociais e afins; X - entidades públicas ou privadas; § 1º. A entidade manterá a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; § 2º. A Associação não remunera e não concede vantagens e/ou benefícios, sob qualquer forma ou a qualquer título, aos seus conselheiros, associados, voluntários, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; § 3º. A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; § 4º. A Associação aplica integralmente suas rendas, seus recursos e o eventual resultado operacional em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; Art. 6º. O patrimônio da Associação é composto por todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil; § 1º. Os bens imóveis de propriedade da Associação não poderão ser alienados ou gravados, salvo proposta aprovada pela Assembleia Geral; § 2º. Os bens móveis inservíveis poderão ser alienados, permutados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral; § 3º. A ASSOCIAÇÃO SERVOS DE MARIA manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade. CAPÍTULO IV - Constituição e Forma de Gestão Administrativa; Art. 7º. A Associação terá como órgãos diretivos: I - Assembleia geral II - Diretoria administrativa; III - Conselho fiscal; Seção I - Da Assembleia Geral; Art. 8º. A Assembleia geral ordinária ou extraordinária constitui órgão soberano dos associados, dela podendo participar os sócios em pleno gozo dos direitos que lhes confere este estatuto; Art. 9º. No edital de convocação deverá constar a "ordem do dia" com a discriminação dos trabalhos, não podendo ser discutidos assuntos que nela não conste, salvo quando pela própria assembleia for julgado urgente e merecedor de solução imediata.; Parágrafo único. Para decidir a respeito de assuntos estranhos à ordem do dia, deve a votação reunir pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos presentes. Art. 10. A assembleia será presidida pelo Diretor Presidente, que dirigirá os trabalhos, fornecendo as informações que lhes forem solicitadas pelos associados presentes. Art. 11. O presidente da assembleia escolherá um secretário que lavrará a respectiva ata. Art. 12. As votações serão públicas ou secretas, conforme a própria assembleia resolver e apuradas por 2 (dois) escrutinadores nomeados pela assembleia. Art. 13. Para as deliberações relativas a alterações estatutárias, a destituição do Presidente e do Conselho Fiscal e a dissolução da associação, serão pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembleia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes. Parágrafo único. As demais deliberações da Assembleia serão aprovadas pelo voto da maioria simples dos presentes. Art. 14. No caso de empate nas votações da Assembleia o Presidente terá voto de qualidade. Art. 15. No caso de ausência e impedimentos do Presidente administrativo, compete ao Secretário dirigir os trabalhos, na ausência ou impedimento deste compete à Assembleia designar substituto para

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

2.098.799

DATA DE
EXPEDIÇÃO

08/06/17

NOME

MARCOS RÉGIS GOMES DE MOURA

FILIAÇÃO

MARIA DA CRUZ GOMES DE MOURA
REGINALDO FRAZÃO DE MOURA

NATURALIDADE

TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO

15/08/1983

DOC. ORIGEM

CERT. NASC. 1790 L A3 F 170

CPF

EXP PRATA DO PIAUI-PI 26/08/83

003.571.613-43

Francisco das Chagas Pinheiro Martins
Presença do Delegado Policial Classe Retard

1270188

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

DOCUMENTAÇÃO PARA UTILIDADE PÚBLICA

- ~~OK~~ Ata da Fundação da Associação - (um ano de abertura, comprovado pela inscrição do CNPJ); ✓
- ~~OK~~ Estatuto da Entidade; ✓
- ~~OK~~ CNPJ da Entidade; ✓
- ~~OK~~ Certidão Negativa da Secretaria da Receita Federal; ✓
- ~~OK~~ Certidão de Boa Antecedência dos membros da diretoria; ✓
- ~~OK~~ Certificado de regulamentação do FGTS - CRF; ✓
- ~~OK~~ Publicação do Extrato de Estatuto no Diário Oficial do Estado do Piauí; ✓
- ~~OK~~ Cópia do R. G. do Presidente da Associação. ✓

Falta

UOI 5497/2005